



ESTUDOS
UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Estudo

Texto recebido em: 11 ago. 2021. Aprovado em: 1 set. 2021.

PARO, César Augusto. Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 38, n. 2, p. 129-162, jul./dez., 2021.

DOI: 10.51359/2675-7354.2021.251426

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

Extensão universitária na transformação social: apontamentos a partir da extensão popular

University extension for social change: notes based on popular extension

César Augusto Paro

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Doutor em Saúde Coletiva

E-mail: cesaraugustoparo@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8447-9586>

Resumo

Este estudo busca compreender os desafios e as possibilidades da extensão universitária na contribuição para os processos de transformação da sociedade. A partir de uma revisão não-sistemática de literatura para apresentar o estado da arte dessa temática na literatura brasileira, traçamos aspectos históricos sobre a constituição da instituição universitária e o modo como as práticas extensionistas compuseram o *ethos* universitário, bem como apresentamos algumas das tipologias existentes nos estudos sobre extensão universitária, com ênfase na extensão popular, que tem sido a perspectiva mais afinada com o horizonte ético-político-pedagógico de construção de uma sociedade justa e solidária. Mesmo com os avanços no arcabouço legal, em que se destacam o reconhecimento constitucional da extensão no tripé universitário e a formulação de uma política nacional alinhada a uma relação dialógica entre universidade-sociedade com vistas à transformação social, as práticas extensionistas, de um modo geral, ainda têm sido predominantemente orientadas por um caráter difusor de conhecimento, com fluxos comunicativos unilaterais. A problematização dos desafios enfrentados na relação universidade-sociedade e a

proposição de ações que buscam superá-los demandam um compromisso prático de ação-reflexão-ação de todos os atores envolvidos no cotidiano extensionista. Deste modo, um dos caminhos para inédito-viabilizar a construção de processos de transformação social parece também passar pelo exercício coletivo da reflexão crítica e densa sobre as práticas extensionistas experienciadas, lidando com as tensões e contradições cotidianas da prática para fazer surgir o novo.

Palavras-chave: Universidade. Sociedade. Extensão universitária. Extensão popular. Transformação social.

Abstract

This study aims to comprehend the challenges and possibilities university extension faces in contributing to social change processes. Through a non-systematic literature review to present the state of the art of this subject in Brazilian academia, we describe historical aspects about universities and how extension composed their *ethos*. We also present some typologies from studies about university extension, with an emphasis in popular extension, the perspective which has been more in tune with the ethical-political-pedagogical assumptions for building a fair and helpful society. Despite the legal advances, like the constitutional recognition of extension as part of the university's tripod and the formulation of a national policy aligned with a dialogical relationship between universities and society aiming at social transformation, extensionist practices are, generally, still predominantly oriented by a diffused character of knowledge, with unilateral communication flows. The problematization of those challenges faced in the relationship between university-society, as well as the proposal of actions to overcome them, ask for a praxical engagement: all people involved in the extension quotidian must act-reflect-act about it. Thus, one of the pathways that would allow us to construct processes for social change and the emergence of innovation, the untested feasibility, seems to include the collective exercise of critical and dense reflection about the extensionist practices experienced, dealing with its daily tensions and contradictions to make something new emerge.

Keywords: University. Society. University extension. Popular extension. Social change.

Introdução

A extensão é tida como uma das bases de atuação das universidades brasileiras, que, junto ao ensino e à pesquisa, formam o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão. Seja por meio de programas, projetos, eventos, cursos, oficinas ou serviços prestados, ela é representada por atividades que envolvem a interação entre atores das Instituições de Ensino Superior (IES) com demais setores da sociedade. Os discursos que orientam tais práticas não são homogêneos, contando com diversos e, por vezes, opostos horizontes ético-políticos que as balizam.

Nogueira (2013, p. 28) nos aponta que “a discussão da extensão universitária nos reporta a uma reflexão sobre a própria universidade”. Nascida no seio de uma sociedade contraditória, a universidade tem se constituído como um espaço de contradições em diversas dimensões, tal qual a da sua relação com a própria sociedade. Ao mesmo tempo em que as produções científicas e tecnológicas têm contribuído para a resolução de certos problemas sociais, essas também repercutem no agravamento de diversos outros, tais como a exploração, a degradação ambiental e o uso do conhecimento como instrumento de opressão e legitimação dos setores dominantes (CRUZ, 2017a). Ademais, critica-se o modo como a universidade tem se relacionado com as mudanças sociais, por vezes se adaptando e produzindo uma acomodação ao *status quo* (DEUS; HENRIQUES, 2017).

A universidade encontra-se conjuntural e estruturalmente despreparada para responder os desafios trazidos pela sociedade e pelo Estado, seja pela rigidez funcional e organizacional, seja pela relativa impermeabilidade às pressões externas ou pela aversão à

mudança. Santos (1999) identifica três crises vividas por esta instituição que são frutos de contradições em diferentes domínios: a crise de hegemonia, derivada da incongruência entre conhecimentos exemplares (como a produção de alta cultura e a formação de elites) e funcionais (como a produção de padrões culturais médios e a formação de força de trabalho qualificada); a crise de legitimidade, dada a oposição entre a hierarquização dos saberes especializados *versus* as exigências sócio-políticas da democratização; e a crise institucional, manifestada a partir da contradição autonomia institucional-productividade empresarial.

A universidade encontra-se conjuntural e estruturalmente despreparada para responder os desafios trazidos pela sociedade e pelo Estado, seja pela rigidez funcional e organizacional, seja pela relativa impermeabilidade às pressões externas ou pela aversão à mudança.

Em contraponto a essa universidade “asséptica, isolada e descompromissada” (DEUS; HENRIQUES, 2017, p. 78), alguns grupos acadêmicos, a partir da propositura da democratização do saber e de uma inserção científica pelo trabalho social, passaram a desenvolver ações extensionistas voltadas para as camadas populares com o direcionamento das ações de ensino e pesquisa na busca pela realização dos direitos sociais e humanos dos setores sociais subalternos (CRUZ, 2017a). Aqui, a extensão seria “os ‘olhos e os

ouvidos' da universidade" (NOGUEIRA, 2013, p. 13), que traria para si a responsabilidade com a transformação social ou, até mesmo, poderia ser considerada como os braços da universidade que, para uma reforma do pensamento, deveria praticar o abraço para promover a dialogia entre universalidade e singularidade (ALMEIDA, 2001).

Santos (2012, p. 15) discorre sobre a falta de unanimidade entre as universidades sobre o que é a extensão e seu papel e o que é fruto dos conflitos existentes entre agentes universitários, setores sociais e o Estado:

Para umas, ela é 'função', semelhante ao ensino e à pesquisa, que realiza os compromissos sociais da universidade; para outras, é comunicação, em que a extensão divulga e complementa as atividades de ensino e pesquisa; e, para outras, ainda, é princípio, uma vez que todas as outras atividades passam a ser definidas a partir da extensão (SANTOS, 2012, p. 15).

Para lançar olhares sobre esse *ethos* transformador do agir extensionista, este estudo busca compreender os desafios e as possibilidades da extensão universitária na contribuição para os processos de transformação da sociedade. A partir de uma revisão não-sistemática de literatura para apresentar o estado da arte desta temática na literatura nacional, traçamos aspectos históricos sobre a constituição da instituição universitária e o modo como as práticas extensionistas compuseram o *ethos* universitário, bem como apresentamos algumas das tipologias existentes nos estudos sobre extensão universitária, com ênfase na extensão popular, que tem sido a perspectiva mais afinada com o horizonte ético-político-pedagógico de construção de uma sociedade justa e solidária.

Extensão universitária no Brasil: aspectos históricos e normativos

A universidade é uma instituição socialmente constituída e determinada que reflete historicamente o quadro social da sua época, incorporando em suas agendas temas que são fornecidos pela sociedade em que se insere. Esses temas, conforme afirma Santos (2012, p. 11), abrigam “em si os germes das contradições geradas na e pela própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social”.

A universidade surge, inicialmente, em torno da atividade de ensino, no século XII, como uma corporação de mestres e alunos. No início do século XIX, com a criação da Universidade de Berlim, em 1810, forja-se o projeto acadêmico em torno da ideia de pesquisa científica. É somente na segunda metade desse século que a extensão é criada, sendo, portanto, a última dimensão constitutiva da universidade a emergir (NOGUEIRA, 2013).

Os registros das primeiras ações de extensão referem-se a um programa formal de cursos organizados pelos docentes da Universidade de Cambridge para diferentes regiões e segmentos da sociedade inglesa, em 1871. Da Inglaterra, a extensão transitou para a Bélgica, daí para a Alemanha e depois para todo o continente europeu. A sua chegada nos Estados Unidos culmina na criação da *American Society for the Extension of University Teaching*, que impulsionou atividades de extensão em diversas universidades (PAULA, 2013). Nesse país, destacam-se as atividades de assistência aos agricultores promovidas pelos *Land Grant Colleges* e financiadas pelo Governo Federal (NAP, 1995).

A emergência da extensão é coetânea e produto de um momento particularmente crítico da história do capitalismo, uma vez que a imposição do modo de produção capitalista após a consolidação da Revolução Industrial exacerbou contradições que foram expressas em revoluções com a entrada em cena de segmentos sociais historicamente marginalizados:

É nesse contexto, em que o Estado e outras instituições responsáveis pela manutenção da ordem social despertaram para a necessidade de oferecer políticas capazes de atender/neutralizar reivindicações operário-populares, que também as universidades se voltaram, de fato, para a questão social, inicialmente, e, depois, para um amplo conjunto de campos e interesses (PAULA, 2013, p. 9).

Porém, enquanto a extensão produzida pelas universidades europeias se expressava pelo engajamento da universidade num movimento mais geral, com diversas instituições para ofertar contrapontos às nefastas consequências do capitalismo, a extensão universitária norte-americana aproximava a universidade ao setor empresarial, visando à mobilização para o enfrentamento de questões referentes à vida econômica no sentido da transferência de tecnologia (PAULA, 2013).

Já no contexto latino-americano, observam-se outros parâmetros e motivações. A extensão teve forte relação com o movimento da Reforma Universitária. Um marco histórico foi o manifesto dos estudantes da Universidade de Córdoba, na Argentina, que propôs reivindicações para que a academia se abrisse e se atentasse às questões sociais. Questões como o aprimoramento do cunho extensionista se voltando para fora dos muros da instituição, a inclusão da gratuidade do Ensino Superior, a criação de mecanismos que

assegurassem a autonomia universitária, o ingresso público para a carreira docente e as eleições diretas para a reitoria puderam, então, entregar à sociedade uma universidade mais democrática e socialmente comprometida (DEUS; HENRIQUES, 2017).

No Brasil, apesar de já haver, desde o período colonial, referências sobre a importância da difusão do conhecimento produzido nas IES ao público externo, tal como relatado nos escritos do sacerdote Azeredo Coutinho (1742-1821), as primeiras ações conceituadas como “ações de extensão universitária” foram desenvolvidas pioneiramente pela extinta Universidade Livre de São Paulo (1912-1917), responsável pela organização da Universidade Popular, que, aos moldes das universidades inglesas, promovia conferências e cursos gratuitos abertos aos interessados. No entanto, sua existência foi ignorada pelas classes populares e não se conseguiu atingir o interesse delas: cursos como “O fogo sagrado da Idade Média” e “Importância e progresso da otorrinolaringologia” atraíram muito mais quem frequentava ou frequentou cursos superiores do que a própria massa popular (BATISTA; KERBAUY, 2018).

Outros exemplos no país, desta vez com maior articulação com a população, foram as ações de assistência nas áreas de agricultura e pecuária, destinadas aos fazendeiros e suas famílias, prestadas pelas Universidades Federais de Viçosa e de Lavras (NOGUEIRA, 2013).

No plano jurídico-legal, os registros oficiais sobre extensão universitária aparecem só em 1931, no Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto-Lei Federal nº 19.851), tendo uma tônica na transmissão de conhecimentos e assistência. A partir da Reforma Universitária de 1968 (Lei Federal nº 5.540), a extensão universitária torna-se obrigatória nas IES, sendo compreendida como uma

proposta de cursos e serviços especiais estendidos à comunidade. Já na Constituição Federal de 1988, preconiza-se o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207). Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394) reafirma a extensão como um dos objetivos da universidade (FORPROEX, 2007).

Antes da promulgação da Constituição Cidadã, havia uma concepção restrita da extensão. No entanto, já no final da década de 1950, observava-se o início da emergência de uma perspectiva mais ampliada advinda do movimento estudantil. A União Nacional dos Estudantes (UNE) preconizava uma atuação estudantil balizada pelo compromisso com as classes trabalhadoras, com cursos acessíveis a todos, ações de alfabetização, serviços prestados a órgãos públicos – principalmente nos municípios menores – e assistência técnica, jurídica e à saúde para as camadas populares. Metodologicamente, já se observavam avanços, como a proposta de atuação conjunta de estudantes de diferentes áreas profissionais (NOGUEIRA, 2013). No entanto, Reis (1996) ressalta que, ainda assim, suas proposições mantêm o caráter de disseminar conhecimento, difundir cultura e prestar serviços.

Antes da promulgação da
Constituição Cidadã, havia uma
concepção restrita da extensão.
No entanto, já no final da década
de 1950, observava-se o início da
emergência de uma perspectiva mais
ampliada advinda do movimento
estudantil.

A primeira política de extensão universitária brasileira foi o Plano de Trabalho de Extensão Universitária de 1975, que criou uma comissão para articular ações de dois programas de extensão existentes na época: o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) e o Projeto Rondon¹. Apesar de já trazer avanços no financiamento de ações, ambos os projetos acima referidos tinham ações esporádicas e assistencialistas, e o controle e poder de decisão eram centralizados pelo Governo Federal, só incumbindo às universidades a execução dos projetos (NOGUEIRA, 2013).

Do próprio ambiente universitário, inicia-se uma das grandes influências que temos sobre a política de extensão nacional, com destaque para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (Forproex)². O Forproex foi constituído a partir de representantes de 33 universidades no I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que ocorreu em Brasília, em novembro de 1987. Dentre suas ações, destaca-se a publicação do Plano Nacional de Extensão Universitária, em 1999, e, mais recentemente, em 2012,

1. O Crutac iniciou-se em 1965 com objetivo de colocar em contato os universitários com as camadas mais carentes da população, tendo 22 unidades ligadas principalmente a universidades nordestinas e nortistas. Já o Rondon recrutava estudantes para “operações nacionais”, de cunho assistencialistas, a partir de ideias de desenvolvimento e segurança nacional (NOGUEIRA, 2013).

2. Houve também a criação de outros três fóruns que vêm atuando na esfera do ensino superior no tocante à extensão: o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (Forext), em 1999; o Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares (Forexp), em 2003; e o Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Forproext), em 2009 (NOGUEIRA, 2013).

da Política Nacional de Extensão, com vistas a tornar a universidade “um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia” (FORPROEX, 2012, p. 10). Esses documentos exploram os conceitos e as diretrizes da extensão universitária, bem como as estratégias para sua institucionalização, financiamento e valorização. O Forproex (2000, p. 11) define extensão como:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (FORPROEX, 2000, p. 11)³.

Essa transformação oportunizaria a elaboração da práxis do conhecimento acadêmico, uma vez que, por ser uma via de mão dupla com o trânsito entre comunidade acadêmica e sociedade, os universitários trarão aprendizados a partir dessas vivências, que, ao serem submetidas à reflexão teórica no retorno à universidade, serão acrescidas àquele conhecimento. Como resultado, há a produção de um conhecimento que advém do confronto dos saberes acadêmicos com os populares, da universidade com a realidade. Por isso, a extensão é instrumentalizadora do processo dialético teoria/prática (FORPROEX, 2000).

Para que tal definição possa ser alcançada, o Forproex (2012) preconiza que as ações de extensão devem ser guiadas pelos prin-

3. Em Forproex (2012, p. 42), este conceito é reafirmado e atualizado para: “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”.

cípios da interação dialógica, da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, do impacto na formação do estudante e do impacto e transformação social.

Deus (2013, p. 14) caracteriza o papel transformador da extensão como complexo e multidimensional: “a transformação social proporcionada pela presença da extensão se dá na reflexão permanente em vários aspectos e dimensões diferentes”. Essa transformação também não remete apenas às transformações sobre a sociedade, mas sim à ideia de que “a própria universidade pública, enquanto parte da sociedade, também deve sofrer impacto, ser transformada” (FORPROEX, 2012, p. 36).

Nogueira (2013) aponta os avanços do fórum em relação ao aumento do financiamento da extensão universitária junto ao Governo Federal, indo desde a criação do Programa de Fomento à Extensão Universitária (Proexte), em 1993, até o atual Programa de Extensão Universitária (ProExt) (Decreto MEC nº 6.495, de 2008), que vem, nos últimos anos, tendo seus recursos significativamente ampliados.

Em 2018, o Conselho Nacional de Educação do MEC instituiu a Resolução nº 7, que estabelece as diretrizes para a extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta a meta do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) referente à exigência de percentual mínimo de 10% de créditos curriculares para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (BRASIL, 2018).

Para além das diretrizes anteriormente mencionadas e já pautadas pelo Forproex, somam-se, às diretrizes do MEC, algumas assunções éticas, tais como a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e

responsável; o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; o apoio a princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; e a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Apesar de apontar a importância de promoção de iniciativas que expressem compromisso social com todas as áreas, dá destaque a algumas: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, trabalho e tecnologia/produção – que devem estar em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena (BRASIL, 2018).

Tais diretrizes também trazem uma definição para extensão que atualiza e reafirma as duas noções da Forproex anteriormente apresentadas. Nessa definição, vale destacar a tônica sobre a relação da extensão com os outros dois tripés universitários:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores

da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018, p. 49).

Partindo dessa relação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, a extensão parece se constituir enquanto uma importante atividade acadêmica, capaz de imprimir um novo rumo à universidade brasileira e trazendo à luz diferentes contribuições significativas acerca de como podem ocorrer mudanças na sociedade. Daí deriva-se o destaque que a política de formação profissional tem na formação de profissionais comprometidos com as transformações da sociedade (DEUS; HENRIQUES, 2017).

Ademais, a formação enquanto mera preparação profissionalizante não dá conta dos impactos da globalização da economia e do veloz crescimento da taxa de inovação tecnológica, que tornam curta a vida útil do conhecimento contemporâneo. Portanto, advoga-se pela noção de competência profissional, que envolve, para além dos conhecimentos acumulados (os conteúdos) e suas aplicações, as formas como os conhecimentos são produzidos e suas contextualizações históricas. Isso exige o desenvolvimento da atitude investigativa e questionadora, para que o profissional possa (re)criar o conhecimento e manuseá-lo. Aí reside mais um dos aspectos da importância da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, uma vez que a extensão, juntamente com a pesquisa, será imprescindível para o desenvolvimento dessas competências: “o processo de aprendizagem passa a basear-se e a depender de observações próprias, de atitudes reflexivas, questionadoras, que decorrem do diálogo e da interação com a realidade para compreendê-la e transformá-la” (FORPROEX, 2006, p. 43).

Tipologias e classificações das perspectivas extensionistas

Apesar de identificarmos grandes mudanças paradigmáticas sobre o saber e o fazer extensionista ao longo da história nessa rápida trajetória acima descrita, resultando em um quadro epistemológico e político progressista bastante favorável para subsidiar o compromisso da universidade com a transformação da realidade, coexistem, na contemporaneidade, as práticas que incorporam tais horizontes e as que não se atualizaram a partir desses pressupostos/princípios. Cruz (2017a, p. 45) alerta para as diversas perspectivas extensionistas que são orientadas por distintos arcabouços teórico-conceituais:

Nesse campo de práticas, coexistem diferentes realizações orientadas por concepções distintas sobre qual é mesmo a função social da Universidade. Assim, ao longo dos anos, temos várias perspectivas extensionistas, orientadas por distintas teorias, metodologias e, portanto, ideologias (CRUZ, 2017a, p. 45).

Diversos autores buscaram compreender essas distintas nuances entre as práticas extensionistas, criando classificações e/ou tipologias que auxiliam na caracterização e compreensão destes distintos modos de atuação.

Paulo Freire (2015), em “Extensão ou Comunicação?”, publicado em 1968, na época em que trabalhou no Chile, analisa o problema da comunicação entre o técnico e o camponês no processo de desenvolvimento da nova sociedade agrária que estava se desenvolvendo. O autor disserta sobre a escolha metodológica dos educadores, fazendo uma defesa sobre uma educação que não se

reduza à capacitação técnica, mas que abranja o esforço por meio do qual os homens se decifrem como transformadores do mundo (FREIRE, 2015).

O autor inicia o seu trabalho com uma análise do termo “extensão” pelo seu sentido linguístico, que tem como acepção “estender algo a alguém”. Neste sentido, tece críticas ao fato de esta palavra não corresponder a um quefazer libertador, pela sua relação significativa com transmissão, entrega, doação, messianismo, manipulação de um conteúdo que se torna estático: “aos camponeses, não temos que persuadi-los para que aceitem a propaganda, que, qualquer que seja seu conteúdo, comercial, ideológico ou técnico, é sempre ‘domesticadora’” (FREIRE, 2015, p. 23).

O autor articula o termo também à noção de invasão cultural, em que há a imposição de valores dos “especialistas” sobre os “populares”. O autor nega a assunção de que o trabalho do agrônomo-educador se limite apenas à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas. Pelo contrário, sua perspectiva é de que, no processo da reforma agrária, o especialista não dicotomize o técnico e o cultural, mas se comprometa e se insira “com os camponeses na transformação, como sujeito, com outros sujeitos” (FREIRE, 2015, p. 82). Deste modo, para a pergunta que intitula o seu livro, preconiza que “respondamos negativamente à extensão e afirmativamente à comunicação” (FREIRE, 2015, p. 98).

As contribuições dessa e de várias outras obras de Freire, bem como de suas experiências práticas, impulsionaram e impulsionam, até hoje, as concepções e práticas extensionistas. No entanto, a continuidade da utilização desse termo obrigou, conforme nos aponta Paula (2013), a sua radical reconceitualização, incorporando perspectivas dialógicas para a extensão.

Deus e Henriques (2017) apresentam o dilema existente entre extensão e intervenção, apontando que muitas atividades designadas pelo primeiro termo referem-se, na verdade, ao segundo, por não apresentar as características de envolvimento com a sociedade que informa o primeiro. Ambos os procedimentos são essencialmente opostos: “enquanto a extensão compartilha, acolhe e recolhe saberes, a intervenção explora, intervém e impõe certos conhecimentos” (DEUS; HENRIQUE, p. 77).

Considerando a sua conceituação e práxis, Reis (1996) identifica duas linhas de ação nas proposições sobre extensão universitária no Brasil (cf. Quadro 1). Uma seria a eventista-inorgânica, que se caracteriza pela prestação de serviços ou realização de eventos isolados ou desvinculados do contexto local ou ainda do próprio processo de ensino-aprendizagem e da produção de conhecimento na universidade. Já a outra seria a processual-orgânica, que se caracterizaria pelo desenvolvimento de ações de caráter permanente imbricadas ou inerentes ao processo formativo e de produção do conhecimento, tendo a parceria político-pedagógica com a sociedade numa dimensão mutuamente oxigenante e transformante.

Quadro 1. Características das linhas de ação da extensão no Brasil

Linha de Ação	Universidade	Sociedade
Inorgânica-eventual	Forma o aluno, detém e produz o saber (isolado da sociedade), disseminando-o sob forma de conhecimento, cultura e prestação de serviços	Recebe e consome o saber
	É o <i>locus</i> do saber	É o <i>locus</i> da ignorância
Orgânica-processual	Produz o saber e forma o aluno simultaneamente e em parceria político-pedagógica com a sociedade, numa dimensão mutuamente oxigenante, unificante e transformante	Produz, em conjunto com a universidade, o saber como componente de transformação da sociedade e da própria universidade
	É o <i>locus</i> da formação do profissional e da produção de conhecimento	É o <i>locus</i> coparticipante na formação do profissional e na geração do conhecimento da sociedade

Fonte: Adaptado de Reis (1996).

Já Pedro Cruz (2017a), a partir da identificação dos princípios das ações de extensão, origens e relação estabelecida entre universidade e sociedade, aponta a existência de três perspectivas extensionistas (sintetizadas no Quadro 2): a assistencialista, a mercantilista e a popular.

Vale ressaltar que o autor distingue o sentido entre a perspectiva assistencialista e a dimensão assistencial:

A dimensão assistencial da extensão encontra sua importância no desenvolvimento de intervenções técnicas nas áreas de engenharia, saúde, entre outras, que prestam serviços úteis à população, ou então lhes oferece consultoria e assessoria para resolver os problemas pontuais e de caráter estritamente técnico na vida em comunidade, mas envolvendo sua consciência sobre o que se faz, para que se faz e por que se faz. [...] pode compreender, reconhecer e apoiar o saber popular e observar seus limites para a resolução de alguns problemas, assim como ver os limites, mesmo da própria ciência e a necessidade de ser aplicada conforme se conheça, saiba e entenda o popular (CRUZ, 2017a, p. 48-49).

Portanto, a dimensão assistencial pode estar presente numa atividade extensionista de outra perspectiva com a aplicação da técnica em parte do processo, mas não a tomando no processo todo, tal qual no assistencialismo. Isso leva o autor a defender que essa perspectiva, na verdade, aliena essa dimensão.

Quadro 2. Perspectivas extensionistas e suas características⁴

Perspectiva Assistencialista	
Origem	Fim do séc. XIX e início do XX, com as universidades populares europeias e universidades nos EUA
Escopo	Difusão de conhecimentos com a disseminação de “cultura” para o povo ou prestação de serviços para a comunidade

4. Legenda do quadro: CPC - Centros de Cultura Popular; EUA - Estados Unidos da América; MCP - Movimento de Cultura Popular; e SEC/UFPE - Serviço de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pernambuco.

Relação com a Universidade	Unívoca: universidade numa posição cultural superior à comunidade com capacidade de resolver seus problemas e centrada apenas na prestação de serviços com a aplicação técnica
Relação com o ensino	Aplicar e aprimorar as técnicas ou conhecimentos, por meio do exercício e de transmissão

Perspectiva Mercantilista	
Origem	Década de 1990, com o fortalecimento da concepção neoliberal
Escopo	Geração de tecnologias e aprimoramentos para empresas, grandes empreiteiras e para o mercado em geral, gerando lucro e estabilizando o mercado
Relação com a Universidade	Responsabilidade com os setores da classe dominante e com o consumo (e não com as pessoas)
Relação com o ensino	Qualificar para o mercado, mediante a formação de recursos humanos e a produção de tecnologias pouco acessíveis aos setores sociais subalternos

Perspectiva Popular	
Origem	Décadas de 1950 e 1960, com experiências como a da SEC/UFPE, do MCP, dos CPC e demais experiências lideradas pelo movimento estudantil
Escopo	Transformação social dos setores “subalternos” da sociedade, propondo a democratização do saber e o exercício do papel social da universidade
Relação com a Universidade	Parceria/coautoria do processo
Relação com o ensino	Formação do estudante como ator social, com amadurecimento de sua percepção de construção coletiva e para a valorização da sua capacidade de ser e de fazer mais

Fonte: Adaptado de Cruz (2017a).

Dado que a incorporação da transformação social se dá de maneira mais orgânica na perspectiva da extensão popular, exploramos essa vertente com mais detalhes na próxima seção.

Extensão popular: por uma construção dialógica do conhecimento

Os diferentes horizontes ético-político-conceituais que orientam as práticas universitárias levam autores como Vasconcelos (2017) a definirem a universidade como um “campo de luta”. A extensão tem sido uma “trincheira” para a gestação de novas práticas pedagógicas contra-hegemônicas, que busca construir conhecimento de forma dialogada e compartilhada em processos históricos, uma vez que “o novo não é gerado apenas a partir da reflexão de grandes intelectuais” (VASCONCELOS, 2017, p. 31).

As práticas acadêmicas dominantes se caracterizam por: ensinar o individualismo e a competição como o melhor caminho para a excelência profissional; olhar para o outro sem considerar sua complexidade e diferenças; legitimar uma relação instrumental com a natureza; formar profissionais que sejam operadores acríticos de técnicas desenhadas por diversos interesses; multiplicar e legitimar procedimentos técnicos geradores de maior consumo de mercadorias; e reproduzir um modelo de vida centrado no consumismo e na busca de distinção individual. Há, portanto, uma tônica no discurso técnico da eficiência pedagógica e de preocupação “neutra” com a multiplicação de formas mais científicas para o agir profissional (VASCONCELOS, 2017).

Nesse sentido, alguns autores, muitos destes vinculados ao campo da Educação Popular, têm desenvolvido e praticado o que chamam de extensão popular. Cruz (2017b, p. 14-15) a define como:

[...] referencial ético, político, teórico e metodológico a partir do qual diversos grupos de estudantes, docentes, técnicos e outros atores sociais se mobilizam para construir trabalhos em um processo de comunicação intensa com o mundo concreto, e que se dá, tão somente, com o mergulho profundo nessa realidade social, com suas alegrias, dores, confortos, crises, contradições e processos dinâmicos e complexos. É também um símbolo para experiências universitárias onde, pelo trabalho compromissado com as classes populares, aprende-se a ser mais e a construir uma aplicação da ciência que seja edificante, consequente, dialógica e emancipadora (CRUZ, 2017b, p. 14-15).

Trata-se, portanto, de um trabalho social útil, dada sua origem na realidade humana e abertura para a possibilidade de se criar um mundo mais humano. Sob o exercício do pensamento crítico e do agir coletivo, transforma-se a natureza, criando cultura. Por confluir o diálogo entre membros da universidade com participantes que estão fora dela, o trabalho social afigura-se como um fazer coparticipado que se expressa sobre a realidade objetiva (MELO NETO, 2014). Desse modo, diferente da noção de “público-alvo” presente nos projetos de extensão universitária, de modo geral prenhe de unidirecionalidade, a perspectiva popular adota a noção de sujeitos que compartilham e atuam como protagonistas.

A origem das ações de extensão popular se dá nas classes subalternizadas, também nomeadas por outros autores como os setores periféricos, classes menos favorecidas, excluídos ou oprimidos. No tocante ao aspecto do posicionamento político-filosófico, este

orienta-se pela emancipação humana e transformação das socialidades, em confronto direto com a desumanização de tais classes. Para tanto, metodologicamente, esse aspecto prevê processos a partir de uma construção participativa e compartilhada entre sujeitos:

[...] ações coletivas e de mobilização; atividades educativas, com rodas de conversa e círculos de cultura; reuniões políticas e de articulação; oficinas para trabalhar as dimensões artísticas, culturais e reflexivas dos sujeitos participantes; dinâmicas capazes de integrar mais o grupo envolvido e gerar análises sobre as ações; místicas, muito influenciadas pela tradição pedagógica dos movimentos sociais; assessorias e consultorias, com conhecimentos científicos específicos à resolução de alguns problemas emergentes sentidos na vida em comunidade; e visitas domiciliares, onde se favorece a criação de vínculos e o trabalho a partir das dimensões mais subjetivas, conhecendo-se, também, a objetividade da realidade social observada nas casas, nas ruas e nos espaços sociais da comunidade (CRUZ, 2017a, p. 63).

A extensão popular tem uma dimensão eminentemente política e humanística em que política e subjetividade não são dicotomizadas. Há um modo de se pensar aqui que busca uma racionalidade da “luta humana pela humanização, que é humanizadora e consciente da subjetividade individual e coletiva” (CRUZ, 2017a, p. 69-70). Seus horizontes visam, por conseguinte, à mudança e ao enfrentamento da exclusão social e da desumanização.

No campo epistemológico, essa proposta extensionista prevê uma produção acadêmica a partir de “metodologias que viabilizem a geração de conhecimentos que sejam condizentes com o horizonte de transformação da realidade e que promovam a sensibili-

zação, mobilização e a organização das pessoas envolvidas nessas ações” (ARAÚJO, 2018, p. 83). Sendo assim, a extensão popular implica, para além de reconfigurações da tradicional prática extensionista, uma reconfiguração que abarque também novas compreensões sobre pesquisa e, inclusive, sobre o ensino:

[...] pensar e fazer Extensão Popular significa: a) fazer do Ensino um exercício de leitura crítica, ativa e reflexiva do mundo e suas contradições. Um espaço em constante formação, que forma seres humanos e lutadores nessa sociedade; b) fazer da Pesquisa um exercício da criatividade e curiosidade dos acadêmicos na busca por compreender bem mais os fenômenos naturais e sociais, objetivando a promoção humana, a justiça e a felicidade; c) a Extensão como lugar constante de ação e reflexão do Ensino e da Pesquisa, que convida a sociedade a participar ativamente da construção do conhecimento (CRUZ, 2017a, p. 71-72).

Apesar do horizonte desta perspectiva de extensão ser a transformação social, nem todas surgem se configurando já como transformadoras. Muitas ações nessa perspectiva (que não necessariamente se intitulam como tal) por vezes se originam em ações de assistência ou prestação de serviços pontuais. No entanto, devido a sua abertura para o diálogo, sensibilização ao reconhecer as desigualdades sociais e testemunho dos caminhos autonomamente construídos pelos movimentos populares, empreendem ações que interagem com as causas estruturais dos problemas, conduzindo paulatinamente a uma extensão com a comunidade que esteja direcionado ao horizonte da transformação (CRUZ, 2017a).

Apesar da emergência de diversas experiências extensionistas orientadas pelo olhar da Educação Popular a partir dos anos 1940 dentro das universidades brasileiras, é em meados dos anos 2000 que elas vêm se configurando processualmente como um movimento social. Para além de práticas sociais, vêm se organizando, portanto, enquanto movimentos e organizações de coletivos que reivindicam e propõem uma perspectiva ético-política popular na ação universitária como um todo. Como exemplo, foi criada, em 2005, a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), por diversos atores vinculados a projetos e ações de extensão que a pensam e a refletem em uma ótica progressiva, ensejando novas formas de integração entre a vida universitária e os movimentos sociais (CRUZ, 2017b). Sua criação não foi concebida para a demarcação de uma área específica da extensão universitária, “mas delimitam sim um corpo metodológico e orientador aplicável a qualquer ação de extensão, em qualquer área temática que se proponha, pois seu referencial está em balizas éticas, não em temas a serem discutidos/trabalhados” (MELO NETO, 2014, p. 102).

Na sistematização sobre a experiência da construção da Anepop, Cruz e Vasconcelos (2017) apontam que tal articulação nasce da insatisfação dos atores provindos de experiências de extensão popular nos eventos acadêmicos organizados na década de 1990 pelo Forproex. Esse incômodo se dava pelo fato de esses espaços desvalorizarem a participação estudantil e popular, além de terem a predominância de ações de extensão numa relação bancária e assistencialista com a população e de não serem concebidos como espaços efetivos para trocas de experiências e diálogos sobre a conjuntura extensionista que fomentassem novas perspectivas para o fortalecimento da área.

Isto gerou movimentos para que fossem elaborados enfrentamentos dessas situações, fazendo com que grupos ligados ao movimento estudantil e a alguns projetos de extensão criassem a Ação Nacional de Extensão Universitária, em 2002. Três anos depois, professores e servidores técnico-administrativos, trabalhadores de serviços públicos de áreas sociais, pós-graduandos, graduandos e lideranças de movimentos sociais decidiram criar a Anepop, uma rede nacional de extensionistas com a identidade filosófica da Educação Popular. No documento escrito a partir da reunião de criação da entidade, era reivindicada a democratização da organização nacional da extensão universitária. Sua criação e desenvolvimento, “ao mesmo tempo que aglutina os sujeitos e favorece a qualificação de sua organização política e capacidade de intervenção, dá maior visibilidade à ‘alternatividade’ da Extensão Popular e forma estudantes universitários sob outra perspectiva” (CRUZ; VASCONCELOS, 2017, p. 285).

Araújo (2018) aponta que, para além da extensão popular, há também outras elaborações teórico-metodológicas com vistas à reorientação das práticas universitárias que possuem um explícito alinhamento com a concepção latino-americana da Educação Popular, como a Ecologia de Saberes, de Boaventura de Souza Santos (2008); a Extensão Comunitária, de Vera Dantas (2009); a Extensão Acadêmica, de Edineide Jezine (2006); a Conversidade, de Reinaldo Fleuri (2004); e a Extensão Crítica, de Humberto Tommasino e Agustín Cano (TOMMASINO *et al.*, 2013).

À guisa de considerações finais: reflexões sobre os desafios ao cotidiano extensionista no exercício da transformação social

Mesmo com os avanços no arcabouço legal, em que se destacam o reconhecimento constitucional da extensão no tripé universitário e a formulação de uma política nacional alinhada a uma relação dialógica entre universidade-sociedade com vistas à transformação social, as práticas extensionistas, de um modo geral, ainda têm sido predominantemente orientadas por um caráter difusor de conhecimento, com fluxos comunicativos unilaterais de uma universidade que, ainda endogenamente, permanece fechada em si, ao invés de se articular de maneira mais efetiva com a sociedade.

Dentre os dilemas existentes na contemporaneidade relativos à relação extensão-universidade-sociedade, há a relação subalterna da extensão em detrimento do ensino e pesquisa, sendo que ela é apontada, por vezes, como “função menor” ou “terceira função” (DEUS; HENRIQUES, 2017), que recebe, inclusive, uma destinação de carga da atividade docente menor que as distribuídas para as atividades didáticas e as investigativas (RODRIGUES, 2008). Desse modo, faz-se necessária a compreensão da extensão como uma ação acadêmica de forma efetiva, que deve ser incorporada com maior pujança no processo de trabalho dos professores universitários e da própria progressão docente.

Dentre os dilemas existentes na contemporaneidade relativos à relação extensão-universidade-sociedade, há a relação subalterna da extensão em detrimento do ensino e pesquisa

Para além de ser uma função com menos atenção, há ainda a visão dicotômica dos processos envolvidos no ensino, na pesquisa e na extensão, “pela qual estas três esferas convertem-se em atividades em si mesmas, dotadas, inclusive, de distintos *status* acadêmicos” (SANTOS, 2012, p. 13), que, mesmo quando coexistem dentro das universidades, são mormente tratadas de forma independentes, ao invés de implementadas conjuntamente à sua necessária interdependência. Daí a importância de ser afirmada a organicidade da indissociabilidade desses processos como fundamentos da universidade.

Por vezes, a prática de extensão se dá numa ação pela ação, que resulta numa relação sem nenhum significado para a comunidade. Essa relação se configura, por exemplo, em práticas assistencialistas que buscam resolver determinados “problemas sociais”. Nesse tipo de situação, o pensamento crítico não se configura como um princípio da ação extensionista (RODRIGUES, 2008), o que afasta a oportunidade de gerar maior reflexividade sobre o momento vivido para avaliar as mudanças que se fazem necessárias para construir outros mundos possíveis, de bonitezas e de menos desigualdades sociais.

A problematização dos desafios enfrentados na relação universidade-sociedade e a proposição de ações que visem a superá-los demandam um compromisso prático de ação-reflexão-ação de todos os atores envolvidos no cotidiano extensionista, incluída aqui a comunidade não universitária incorporada nessas ações. Deste modo, um dos caminhos para inédito-viabilizar a construção de processos de transformação social parece também passar pelo exercício coletivo da reflexão crítica e densa sobre as práticas extensionistas experienciadas, lidando com as tensões e contradições cotidianas da prática para fazer surgir o novo, uma vez que, conforme nos provoca Freire (2016, p. 108), “é pensando a prática que aprendo a pensar e a praticar melhor”.

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier. Reforma do pensamento e extensão universitária. *Revista Cronos*, Natal, v. 2, n. 2, p. 11-22, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/14194/pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ARAÚJO, Renan Soares. Extensão popular: horizontes teórico-metodológicos para a condução do trabalho social universitário orientado pela educação popular. In: ARAÚJO, Renan Soares; CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. *Educação popular e práticas sociais: ação, processo formativo e construção do conhecimento*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018. p. 49-101.

BATISTA, Zenilde Nunes; KERBAUY, Maria Teresa Micely. A gênese da extensão universitária brasileira no contexto de formação do Ensino Superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 916-930, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11178>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 1 set. 2021.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: processo de construção de um fazer universitário humanizante, emancipador e compromissado com os grupos socialmente excluídos. *In: PRADO, Ernande Valentin do et al. Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017a. p. 13-23.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro. Extensão popular: um jeito diferente de conduzir o trabalho social da universidade. *In: PRADO, Ernande Valentin do et al. Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017b. p. 45-77.

CRUZ, Pedro José Santos Carneiro; VASCONCELOS, Eymard Mourão. *Caminhos da aprendizagem na extensão universitária: reflexões com base em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)*. São Paulo: Hucitec, 2017.

DANTAS, Vera Lúcia de Azevedo. *Dialogismo e arte na gestão em saúde: a perspectiva popular nas cirandas da vida em Fortaleza-CE*. 2009. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

DEUS, Sandra de; HENRIQUES, Regina Lucia Monteiro. A universidade brasileira e sua inserção social. *In: CASTRO, Jorge Orlando; TOMMASINO, Humberto (orgs.). Los caminos de la extensión en América Latina y el Caribe*. Santa Rosa: Universidad Nacional de La Pampa, 2017. p. 77-91.

DEUS, Sandra de. Apresentação. *In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Belo Horizonte: Forproex, 2013. p. 11-16.

FLEURI, Reinaldo Matias. Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO*, 27., 2004, Caxambu. *Anais [...]*, Caxambu: ANPEd, 2004. p. 1-45.

FORPROEX. *Política nacional de extensão universitária*. Manaus: Forproex, 2012.

FORPROEX. *Extensão universitária: organização e sistematização*. Brasília: Editus, 2007.

FORPROEX. *Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão de extensão*. Brasília: MEC/SESu, 2006.

FORPROEX. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. *In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: Proex/UFMG, 2000. p. 11-18.

FREIRE, Paulo. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

JEZINE, Edineide. *A crise da universidade e o compromisso social da extensão universitária*. João Pessoa: UFPB, 2006.

MELO NETO, José Francisco de. *Extensão popular*. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

NAP. *Colleges of agriculture at the land grant universities: a profile*. Washington: NAP, 1995.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. A construção da extensão universitária no Brasil: trajetória e desafios. *In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (org.). Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão*. Belo Horizonte: Forproex, 2013. p. 27-50.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. *Interfaces: Revista de Extensão da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>. Acesso em: 10 ago. 2021.

REIS, Renato Hilário dos. Histórico, tipologias e proposições sobre extensão universitária no Brasil. *Linhas Críticas*, Brasília, v. 2, n. 2, p. 41-47, 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2610>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RODRIGUES, Rogério. A extensão universitária como uma práxis. *Em Extensão*, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 84-88, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20340>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar (orgs.). *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2008. p. 13-106.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. Porto: Edições Afrontamentos, 1999.

SANTOS, Marcos Pereira dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 10-15, 2012. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731>. Acesso em: 10 ago. 2021.

TOMMASINO, Humberto *et al.* Extensión Crítica: los aportes de Paulo Freire. In: CRUZ, Pedro José Santos Carneiro *et al.* (orgs.). *Educação popular na universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop)*. São Paulo: Hucitec, 2013. p. 216-237.

VASCONCELOS, Eymard Mourão. As trincheiras na universidade de uma guerra em andamento: a luta para preservar e construir uma sociedade que permita a todos a realização dos anseios fundamentais do coração. In: PRADO, Ernande Valentin do *et al.* (org.). *Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária*. João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. p. 27-32.



Herbário do Centro de Biociências (CB).
Assessoria de Comunicação Social da UFPE.